



Migrações Internas no Contexto de Projetos de Desenvolvimento da Amazônia Oriental: o Caso do Município de Açailândia (MA)

Fabiana Lemos Sant' Ana

Universidade Federal de Pernambuco

fabianalemos@rocketmail.com

Resumo

O Brasil possui bases históricas nas migrações, internacionais ou internas, e apresentou várias fases nos deslocamentos populacionais. O trabalho apresenta dinâmicas de migração interna para a Amazônia Oriental, trazendo o estudo de caso do Município de Açailândia no estado do Maranhão. Os processos migratórios para a Amazônia ocorreram a partir de grandes projetos políticos nacionais de desenvolvimento e integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional. O objetivo do trabalho é mostrar os principais projetos que atraíram populações migrantes para esses locais e pensar caminhos teóricos metodológicos que abordem tais dinâmicas na atualidade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e, dentre os resultados, observou as dinâmicas de migração recentes e os impactos sobretudo sociais na implementação dos projetos. Nesse sentido encaminhou-se para a necessidade de discussões para além da perspectiva econômica, visto que passados os projetos, o que se tem é sua influência na organização socioespacial atual, e nela é imprescindível se pensar na perspectiva do desenvolvimento articulado à questão social, abarcando a cidadania.

Palavras-chave

Migrações no Brasil; migrações para a Amazônia; Amazônia maranhense.

Internal Migrations in the Context of Development Projects in the Eastern Amazon: the Case of the Municipality of Açailândia (MA)

Abstract

Brazil has a historical background in migration, both internal and international, and has experienced several phases in population displacement. This paper presents the dynamics of internal migration to the Eastern Amazon, using the case study of the municipality of Açailândia in the state of Maranhão. Migratory processes to the Amazon occurred as a result of major national political projects for the development and integration of the Amazon into the national and international markets. The objective of this paper is to show the main projects that attracted migrant populations to these locations and to consider theoretical and methodological approaches that address such dynamics today. The methodology used was the bibliographic review, and the results showed that the impacts of implementing the projects were mainly social. In this sense, discussions beyond the

economic perspective were necessary, since after the projects had passed, what remained was their influence on the current socio-spatial organization, and it is essential to consider the perspective of development linked to social issues, encompassing citizenship.

Keywords

Migrations in Brazil; migrations to the Amazon; Amazon of Maranhão.

INTRODUÇÃO

As migrações no Brasil partiram de vários processos, esses articulados principalmente aos rumos sociais, políticos e econômicos do país. Para sua melhor compreensão, é preciso dar importância às complexidades que envolvem seu contexto e passar por camadas que são fundamentalmente sociais, desde sua estrutura até a particularidade de cada indivíduo que migra. Na conjuntura das migrações para a Amazônia o que se evidencia são os projetos políticos e econômicos, que se tornam atrativos para a população e apresentam picos de crescimento populacional e urbano. Como observa Becker (2013), um cenário propício para revelar suas diversas contradições.

A Amazônia maranhense, apesar de abranger municípios do sul ao norte do estado, tem como marco de entrada o município de Imperatriz. Dentre os projetos de integração da Amazônia ao país e sua articulação com a economia global houve a viabilização do Projeto Grande Carajás, que impactou a região oeste do Maranhão com a construção de rodovias e ferrovias federais favoráveis à circulação de *commodities*. Esses projetos ocorreram como estratégia de governos militares na década de 1970 para inserir as regiões Norte e Nordeste nos planos de mercado nacional e internacional. A exploração de recursos naturais foram base para implementação de indústrias de grande porte e infraestrutura, investimentos fundamentais aplicados na região (Barbosa; Almeida, 2013).

A atração de imigrantes para os locais no entorno desses investimentos apresenta uma urbanização acelerada, ocorrendo inclusive a formação de novas cidades. Os grandes empreendimentos e indústrias, que nas décadas de 1970 a 1990 foram motor do ideal de desenvolvimento, juntam-se atualmente com o crescimento do agronegócio e a expansão da fronteira agrícola na mesma região, ou seja, sofrem

influência primordial dos movimentos do capital. A partir disso, Gonçalves (2021, p. 111) problematiza o modelo de urbanização que se instalou na Amazônia: “de um lado, como resultado de um determinado modelo agrário e, de outro, por um modelo industrial que não abarcava a população regional”, para ele uma “urbanização sem cidadania”, atendendo aos interesses dos projetos em favorecimento aos capitais nacionais e internacionais.

Outro nome que traz perspectivas sobre o paradigma das migrações internas sob a ótica econômica e sociológica é Fausto Brito (2009). Para o autor, até a década de oitenta, as dinâmicas migratórias estiveram muito associadas ao processo de urbanização do país, após esse período os padrões não permanecem, acompanhando novas tendências e necessidade de superação e novos paradigmas. Baeninger (2012a), por sua vez, ao analisar os fenômenos migratórios após os anos 2000, aponta para novos espaços das migrações, que não são voltadas para grandes metrópoles, assim como são realizadas em diferentes escalas, corroborando para pensar migrações internas nas regiões citadas. Neste sentido, pretende-se discorrer sobre o assunto articulando as características das migrações internas e os grandes projetos na Amazônia Oriental.

O trabalho tem como objetivo apresentar as principais dinâmicas de migrações populacionais ocorridas dentro do Brasil, após os anos de 1950, marcadas pela industrialização e a transição da população do campo para as cidades, seguindo as transformações desses movimentos até a atualidade. Pretende-se, sobretudo, discutir caminhos teóricos metodológicos possíveis para trabalhar o assunto em geografia, dando ênfase às dinâmicas ocorridas na Amazônia Oriental no estudo de caso do município de Açailândia, estado do Maranhão.

A metodologia utilizada na pesquisa foi o levantamento e revisão das bibliografias relacionadas ao tema proposto, como também o apoio de dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ao longo do artigo os subtítulos perpassam o panorama das migrações internas no Brasil, as migrações para a Amazônia Oriental, com ênfase no município de estudo, Açailândia.

O aporte teórico tem a transdisciplinaridade como amparo para tratar os assuntos da pesquisa, com destaque para as áreas de estudo da população e demografia,

em que se destacam os autores Baeninger (2011, 2012) e Brito (2009). Já o método, segue pelo viés da geografia crítica na análise do território e das dinâmicas socioespaciais, com respaldo de Becker (2013), Gonçalves (2021), Santos (2014), Souza (2013). Logo, a análise reúne alternativas que fazem frente ao pensamento dominante de desenvolvimento econômico, segundo uma base diversificada de conhecimentos e visões sobre os processos migratórios ocorridos nas regiões Norte e Nordeste.

PANORAMA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

O Brasil possui um histórico de migração com bases e relações coloniais, sua formação como território se deu através dos processos migratórios, ora forçados, como na escravidão, ora incentivados, para os diferentes grupos que aqui se estabeleceram. Além disso, pode-se atentar aos diversos fluxos de deslocamento interno que ocorreram, organizando o espaço nacional. A partir de 1930, principalmente, o espaço brasileiro foi muito influenciado pelas migrações internas (Vale; Lima; Bonfim, 2004). Desde então, a ideia de desenvolvimento econômico difundida ao longo dos anos no país, que se encontra às margens da economia global, estabelece espaços atrativos. Isso ocorre, sobretudo, para as relações de trabalho, fazendo com que ocorram deslocamentos intra-regionais e inter-regionais de populações em busca de “qualidade de vida”.

Os autores Vale, Lima e Bonfim (2004) elaboram o esquema panorâmico sobre os caminhos tomados pelo modelo estabelecido no país:

Estabelece-se o seguinte esquema: o Brasil é país periférico e dependente dos grandes centros econômicos dos países centrais; no interior do país, algumas regiões permanecem em seu papel de depósito de mão-de-obra para os polos industriais; a região por sua vez, desenvolve o mesmo círculo, mantendo, ao mesmo tempo, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, umas subordinadas às outras. Repete-se, deste modo, o esquema da dependência que perpassa os países, as regiões e até os próprios municípios. Dependendo dos interesses do capitalismo, os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra necessária aos chamados projetos (Vale; Lima; Bonfim, 2004, p. 23).

Fica evidente que a organização do espaço brasileiro é dada a partir da prioridade econômica e a ideia de desenvolvimento, que é um pressuposto nessa

concepção, além de não contemplar o aspecto social. A migração, desse ponto de vista, configura os sujeitos e suas vulnerabilidades diante desses grandes projetos.

Aproximando-se do panorama das migrações internas no Brasil no século XXI, Baeninger (2011) evidencia as mudanças ocorridas a partir dos anos de 1980. Em retrospectiva, a autora aponta para as transformações nos padrões que tinham a região sudeste como maior receptora de migrantes, região esta que desponta como polo do desenvolvimento industrial à época. Já a partir da década de 1980, passa a diminuir o fluxo migratório na região sudeste expandindo-se para outras regiões.

Baeninger (2011) salienta que, nos últimos cinquenta anos do século XX as migrações internas tiveram papel crucial na reorganização da população no país, formando dinâmicas de distribuição populacional ligadas à industrialização e às fronteiras agrícolas. Dos anos de 1990 em diante, o que se nota é a complexificação do cenário migratório que segue tomando novos contornos até os dias atuais. Baeninger (2012b) chama este fenômeno que apresenta um grande dinamismo nas relações de migração de “rotatividade migratória”:

A redefinição da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX (Baeninger, 2012a, p. 83).

Neste contexto, o modelo tradicional de pensar as migrações no país fica obsoleto, pois ultrapassa ideias dicotômicas do urbano e rural, da partida e chegada, dos fatores de atração e expulsão. Assim, o conceito de rotatividade migratória passa a perceber dinâmicas de emigração e imigração dentro de um mesmo conjunto, que é social, cultural e econômico, além de estar totalmente conectado aos movimentos do capital (Baeninger, 2012a). Na atualidade, o processo se complexifica consideravelmente com o aumento das especificidades relacionadas às questões “urbanas e econômicas” e “regionais e locais”.

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer, constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais (Baeninger, 2012b, p. 93).

Diante disso, o fenômeno também deve ser entendido em escalas variadas, do âmbito local ao global (Baeninger, 2012b). Por sua vez, Brito (2009) percebe, ao explorar o tema migrações na atualidade, a necessidade de compreendê-lo sobre a ótica política e social. Ao observarmos que, embora haja a tendência de se enveredar pela observação da dominação econômica, entender a política e os indivíduos, passando pelo direito à mobilidade e à cidadania, é fundamental para superarmos antigos paradigmas.

MIGRAÇÕES PARA A AMAZÔNIA ORIENTAL

Retomando a década de 1960, o que se viu foi a intensificação das migrações a partir dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia. A título de contextualização, a Amazônia Legal, ou Amazônia Brasileira, abrange os estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Tocantins, Mato Grosso e o oeste do Maranhão. Sua extensão está dividida em Amazônia Oriental (estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso) e Ocidental (estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e corresponde a cerca de 59% do território brasileiro (IBGE, 2020). As políticas voltadas para esse vasto território ocorreram de formas diversas, tanto em termos de implementação, quanto no desenrolar das dinâmicas espaciais de cada localidade. Contudo, é possível identificar padrões advindos dos ideais desenvolvimentistas dos projetos nacionais, encabeçados pelo governo federal, atuando na região como criação de horizonte e perspectivas de mundo.

O Plano de Integração Nacional (PIN) veio como estratégia geopolítica militar, criado por meio do Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970. Segundo Anjos (2020), o governo militar na figura do Presidente Emílio Garrastazu Médici, buscou a segurança das fronteiras e aumento do povoamento no intuito de reduzir conflitos lançando o PIN: “A proposta era baseada na utilização de mão-de-obra nordestina, liberada pelas grandes secas de 1969-1970 e da noção de “vazios demográficos” amazônicos, por meio de um projeto de colonização” (Anjos, 2020, p. 75531). Todavia,

a autora salienta que a concepção da população migrante apenas como força de trabalho não permanece, mas envolve a construção de territorialidades pelos diversos sujeitos.

Becker e Stenner (2008) destacam ainda que nesse período se acelerou o processo de ocupação regional “marcado pelo planejamento governamental com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território” (Becker; Stenner, 2008, p. 22). Por consequência, observamos a reunião de um conjunto de estratégias territoriais com a finalidade de implementar os projetos de ocupação. Ainda, para Becker (2013), as conformações urbanas provocadas por esses projetos se tratam de economia urbana para fins geopolíticos do Estado, criando vários lugares centrais na Amazônia, os municípios. Na mesma linha de raciocínio, Gonçalves (2021) apresenta dois padrões de organização do espaço amazônico, *rio-várzea-floresta* e *estrada-terra firme-subsolo*, padrões criados acompanhando as dinâmicas mundiais. A área de estudo que destacamos se localiza no segundo padrão apresentado, com a mineração e a construção de rodovias e ferrovias, e marcada por conflitos de interesses de diversos atores, presentes ou não na região.

A Amazônia Oriental maranhense teve os contornos traçados a partir do conjunto das políticas a partir da década de 1960, cujos projetos de maior destaque foram o Programa Grande Carajás, a construção da Rodovia Federal Belém-Brasília e a Rodovia Transamazônica. Ao longo das últimas décadas ocorreram mudanças de cunho econômico, social e ambiental na região, assemelhando-se às dinâmicas observadas em toda a Amazônia. A região do município de Imperatriz, também chamada de pré-Amazônia – mesorregião onde também está localizado o município de Açailândia – é caracterizada por Becker (2013) como “ponto de apoio para contínuas incursões em busca de riquezas”. Ela é entendida como “núcleo da borda regional”, apresentando explosivos crescimentos e, logo após, declínios, tendo a forte imigração de mão de obra como âncora para seu crescimento e sua atividade comercial como sustento para o polo sul maranhense (Becker, 2013, p. 55).

Melo (2019), aponta que a construção e pavimentação da Belém-Brasília ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi um marco para a valorização da terra no Maranhão, tornando-se atrativo para grileiros e criando diversos conflitos na tomada de terras de indígenas e posseiros da região. Com isso, o estado passou a dar incentivos

fiscais ampliando fluxos migratórios, atraindo migrantes também das regiões centro-sul do país, para além dos migrantes da região nordeste que já estavam nas rotas migratórias do estado. Este movimento foi responsável pelo crescimento e surgimento de núcleos urbanos, “vale frisar que a Belém-Brasília contribuiu para o processo de (re)ordenamento do espaço maranhense, dinamizando núcleos urbanos já existentes e impulsionando o surgimento de novos. Dentre os quais se sobressai Imperatriz e Açailândia” (Melo, 2019, p. 6). Para Becker (2013, p. 45): “No povoamento da Amazônia sempre predominou o espaço de fluxos: os núcleos nasceram, cresceram e continuam crescendo como ponto de apoio à circulação de matérias primas exportadas, de bens de produção e consumo importados, e da população”.

Além dos programas nacionais, o Maranhão passou por incentivos vindos do governo estadual ao longo da década de 1970 que, aliados aos grandes projetos, tomaram medidas que contribuíram para a expansão do oeste do estado. O governador José Sarney criou a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) e a Lei Estadual de Terras nº 2.979, o que favoreceu o aumento da expropriação da população do campo e tomada dos grandes grupos agroindustriais nacionais e internacionais (Melo, 2019).

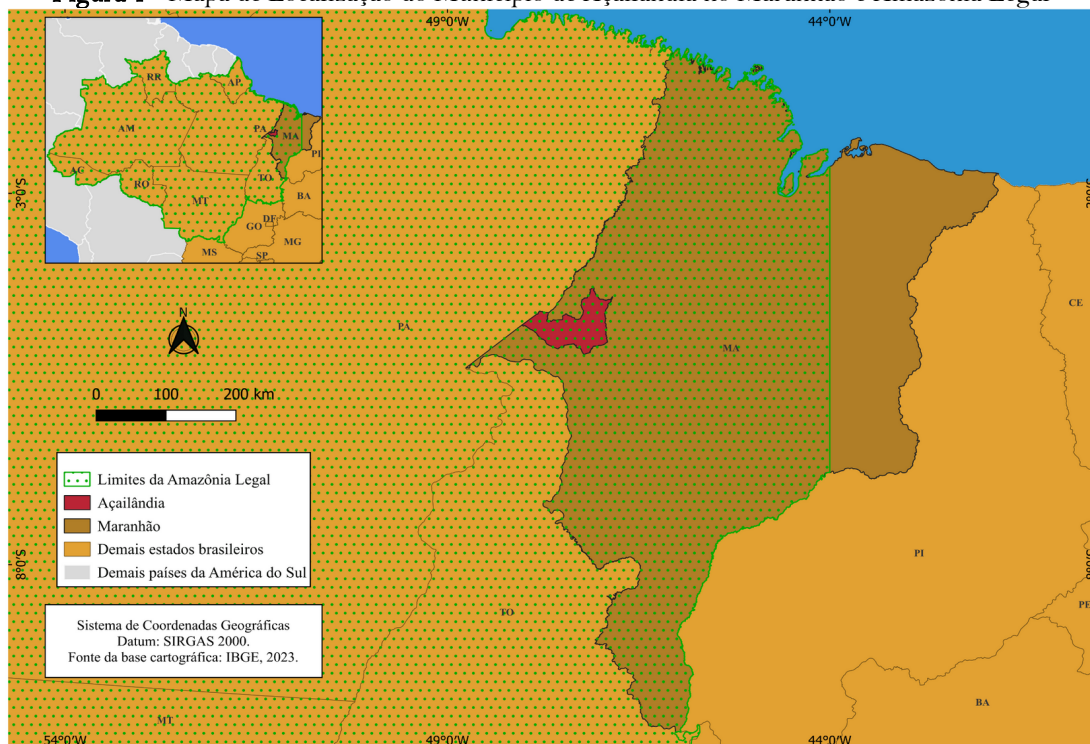
O Programa Grande Carajás (PGC), diante da descoberta de jazidas minerais na Serra dos Carajás, foi criado na década de 1980 para a exploração mineral na região, envolvendo os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. A Companhia Vale do Rio Doce esteve à frente das estratégias do governo envolvendo atores nacionais e internacionais na extração de minério de ferro. Melo (2019) traz inclusive a problemática da denominação pré-Amazônia para a região, pois, estrategicamente, significou a abertura para exploração sem maiores cobranças ou sanções por se tratar de uma área fronteiriça do bioma. Ademais, pertencer à Amazônia proporcionou uma série de investimentos nacionais específicos para a região. A autora destaca que dentro do PGC, a Estrada de Ferro Carajás atravessa a Amazônia maranhense vindo da mina na Serra dos Carajás no Pará até o terminal portuário Ponta Madeira localizado em São Luís (MA), por este motivo, a presença da linha férrea oportunizou o surgimento de diversos empreendimentos e serviços ao longo do percurso.

O breve histórico apresentado é base para compreender, de forma contextualizada, o município de Açailândia (MA). Ao longo dos últimos quarenta anos este se consolidou como um núcleo urbano formado, principalmente, por intermédio das migrações, atraindo populações em busca de trabalho, ou que por meio do trabalho se estabeleceram na cidade. Isto se deu em virtude dos grandes projetos e investimentos arquitetados na Amazônia Oriental, sobretudo, no município, que possui localização estratégica no traçado regional.

O CASO DE AÇAILÂNDIA (MA)

A cidade de Açailândia foi fundada em 06 de junho de 1981, está localizada na mesorregião geográfica do oeste do Maranhão e microrregião de Imperatriz. Segundo os dados do último Censo, o município possui uma população de 106.550 pessoas com densidade demográfica de 18,35 hab/km² e sua área territorial corresponde a 5.805,159 km² (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Açailândia no Maranhão e Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2023. Elaborado pela autora.

Açailândia ganha importância após sua emancipação do município de Imperatriz, segundo maior município do estado. Até então, Açailândia era um povoado predominantemente rural e na sua fundação tinha a economia baseada na agricultura e no comércio de madeira e pecuária (Belfort, 2016, p. 52). Contudo, o processo de seu crescimento passou pelos vários ciclos de desenvolvimento da Amazônia, colocando a cidade como um polo econômico do Maranhão.

Sousa (2015) aponta para o fato de que o município possui a centralidade da produção siderúrgica e isso se deu pelos grandes projetos que alavancaram seu rápido crescimento. O município se localiza no entroncamento ferro-rodoviário das importantes rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e BR-222 e, das ferrovias Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás. Com a localização estratégica foi “reconhecido com alguns municípios adjacentes como áreas de forte disponibilidade de matéria-prima, especialmente, o carvão vegetal e a lenha, servindo de apoio à expressiva produção mineral da região de Carajás” (Sousa, 2015, p. 214). Assim, em torno do parque industrial voltado à siderurgia cresceu a produção também de madeira para carvoarias, além da presença do agronegócio, tornando-se um dos principais polos industriais no estado do Maranhão. O polo atualmente abriga cinco usinas siderúrgicas de transformação e produção de ferro-gusa.

As políticas produziram diversos efeitos no que diz respeito às “transformações sociais e de reestruturação econômica nos territórios nos quais foram implantadas, exercendo influência na atuação de atores sociais locais, cujas ações fizeram parte da conformação da nova estruturação econômica regional [...]” (Mancini; Carneiro, 2018, p. 373). No aspecto econômico, o município apresentou notoriedade pelo aumento da participação do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2000 e 2010. Conforme destaca Sousa (2015), esse crescimento envolveu não só as atividades industriais como também as atividades de comércio e serviços, atingindo um crescimento nos setores primário, secundário e terciário.

Já as dinâmicas sociais, destacam-se nesse processo tal qual as econômicas. Estas também se iniciam antes mesmo da fundação do município em termos de população e estruturação demográfica. O surgimento de Açailândia foi marcado por um rápido e intenso povoamento. O foco deste artigo se concentra nas populações

identificadas a partir dos movimentos de desenvolvimento da região, todavia, toma-se nota das populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) que nesse processo foram desconsideradas no conjunto de políticas citadas ao longo do texto.

Os projetos de infraestrutura da região e a colonização da Amazônia, já mencionados, foram propulsores para a constituição do município. Nessa época aconteceu a primeira chegada de migrantes de várias partes do país para a construção da Estrada Belém-Brasília. Também fizeram parte do processo os camponeses oriundos de regiões consideradas mais pobres do nordeste, regiões de seca (Sousa, 2015), e médios proprietários vindos de Minas Gerais e Bahia (Lima, 2020). Na década de 1970 se estabeleceram políticas de incentivo às atividades agropecuárias, assim, os grandes latifúndios expulsavam camponeses das terras. Já ao final da década, a construção da BR-222 trouxe nova povoação para o município e, no mesmo período, o crescimento das indústrias madeireiras engrossaram o desenvolvimento produtivo da região, atraindo mais imigrantes. Por fim, em meados da década de 1980 era a atração para o trabalho no parque industrial que se afirmava. Essa gama de acontecimentos atraiu populações migrantes de todo o Brasil, principalmente do norte e nordeste.

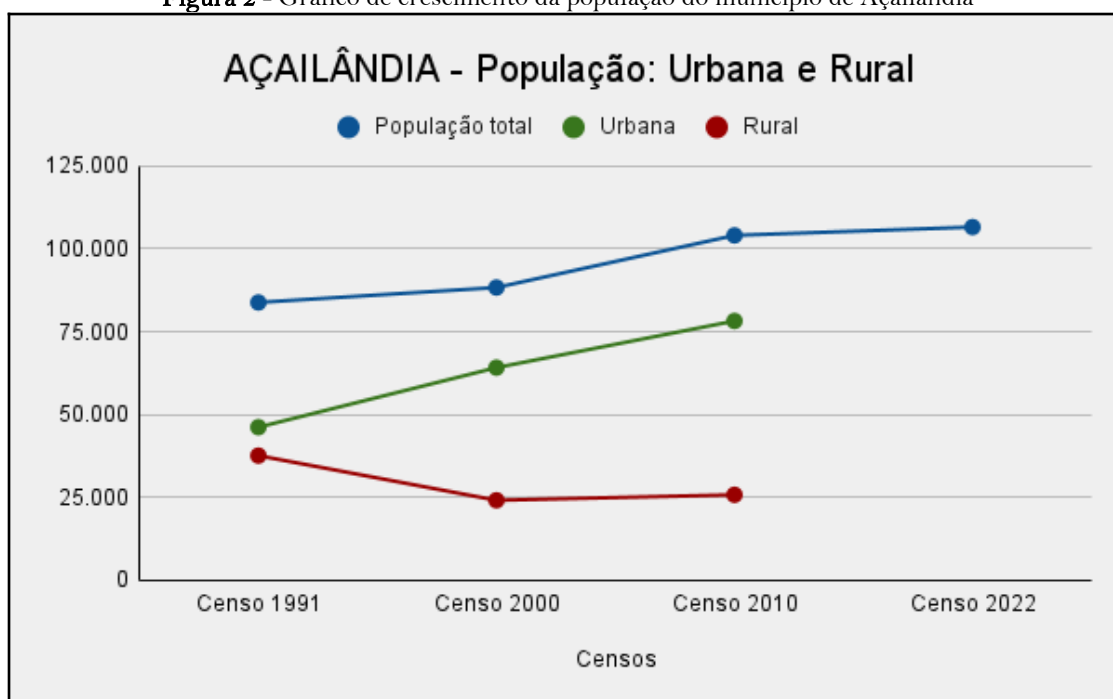
O discurso propagado tanto pelas empresas quanto pelo setor público chamou atenção principalmente no quesito de geração de empregos. Sousa (2015) aponta para um crescimento bastante elevado entre 1991 e 2010, acima da média do país, caracterizando um projeto que já se estabelecia ao longo dos anos. Como destaca o autor:

Este fato está associado principalmente às propagandas e incentivos governamentais difundidos por meio da ideologia da integração nacional cuja finalidade maior se pautou na atração destas populações das áreas estagnadas econômica e socialmente da região nordeste (Sousa, 2015, p. 161).

Com o desenvolvimentismo em pauta, Açailândia se tornou atrativo para migrantes. Belfort (2016), indica como tais projetos se apresentavam para essas populações: “Muitos que migraram para essa região chegaram com grandes perspectivas de melhorar economicamente suas condições de vida e possuía uma visão bem escatológica sobre o município” (Belfort, 2016, p. 48).

Embora tenha passado o período de investimentos nas construções de grandes empreendimentos, a presença do polo siderúrgico e outras empresas que circundam o setor ainda são atrativos para a região. Dados do Censo (IBGE, 2022) apontam que entre as cidades maranhenses, Açailândia foi uma das poucas que apresentaram crescimento demográfico, mesmo que tímido, em relação às décadas anteriores (aumento de 2,4%). Desde o primeiro Censo no ano de 1991, o município apresenta crescimento populacional, como também a transformação de população rural para urbana (Figura 2). O crescimento populacional e o comparativo entre populações urbana e rural podem ser verificados pelo Censo a partir da década de 1990:

Figura 2 - Gráfico de crescimento da população do município de Açailândia



Fonte: IBGE (2022).¹ Elaborado pela autora.

Em meio aos discursos de oportunidades de emprego para a população migrante, diante dos grandes empreendimentos, o município apresentou um crescimento acelerado e inchaço de sua malha urbana. Os problemas gerados pelo crescimento, devem ser destacados a partir da precariedade da estrutura urbana que

¹ Os dados sobre população rural e urbana do município no Censo de 2022 ainda não foram disponibilizados pelo IBGE.

não acompanhou da mesma maneira o processo. Cabe ressaltar, que dentro disso apresentam-se grandes conflitos como a remoção de populações, principalmente camponeses para a criação do parque industrial; bairros não planejados com crescimento desordenado para abrigar moradores removidos e trabalhadores das empresas; crescimento da violência; e problemas estruturais como falta de saneamento. Todos os conflitos são impactos negativos trazidos com a rápida urbanização.

O crescimento e os problemas, são retratados por Nascimento (2013) no trecho a seguir:

Como chegavam gentes de todas as partes do Brasil e do exterior, as próximas ruas foram intituladas com o nome do dia em que eram abertas e de personalidades que nela construíram suas casas, como foi o caso das ruas: 13 de Maio, 13 de Junho, 7 de Setembro, 10 de Outubro, 15 de Novembro, José Bonifácio, Maranhão, Ceará, Piauí, Tiradentes, Laranjeira, Pedreira, Goiás, Dr. Gervásio e Marly Sarney, formadas de 1964 a 1967.

Em 2009, os técnicos da Secretaria de Infra-Estrutura informaram que a cidade tinha 5 avenidas, 500 ruas e 200 quadras povoadas com casas residenciais e comerciais de grande, médio e pequeno porte, **porém, poucas estavam pavimentadas e saneadas**, nas quais havia rodoviária, praças, escolas, hospitais, igrejas, mercados públicos, cemitérios, local para práticas esportivas, clubes [...] (Nascimento, 2013, p. 78, grifo nosso).

As grandes contradições divergem das oportunidades de crescimento econômico, pois não contemplam a qualidade de vida para muitos dos sujeitos que ali se estabeleceram. O município, por exemplo, apresentou nos últimos anos um grande número de pessoas resgatadas em trabalhos análogos à escravidão. Rodrigues (2016), em sua tese, aponta que Açailândia ocupava a primeira posição em casos de trabalho escravo contemporâneo entre os anos de 2003 a 2013 no estado do Maranhão. Muitos dos resgatados, atraídos de outros municípios para a possibilidade de trabalho (Rodrigues, 2016), como também moradores de bairros mais periféricos da própria cidade que são aliciados (Lima, 2020).

Nas contradições apresentadas pelo crescimento econômico e urbano da região advindas dos grandes projetos, o povoamento de Açailândia se estabeleceu com atores que ocupam posições diferentes na organização do espaço. A dinâmica de povoamento é marcada pela urbanização desordenada e carregada de desigualdades. A atração para a região apresenta discursos de possibilidades para os imigrantes que ali chegam, no entanto, esse movimento passa pela precarização do trabalho.

A urbanização e migração estão intimamente ligadas aos projetos de desenvolvimento da Amazônia, ao passo que se torna necessário analisar o processo partindo também do pensamento sobre a cidadania. Santos (2014) salienta que as migrações brasileiras são forçadas no âmbito de sua causa, pois estão submetidas ao jogo do mercado e às necessidades básicas, convergindo as dimensões da escala global e, ao pensar no migrante em sua individualidade, também na escala local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresenta uma série de possibilidades para pensar nas migrações a partir das políticas de modernização do território e de desenvolvimento regional da Amazônia Oriental. Nesse sentido, observou-se que nos processos ao longo dos anos os grandes projetos marcaram os movimentos populacionais, e esses se apresentam em dinâmicas que necessitam de análises que abarquem sua complexidade. Os diferentes atores sociais e econômicos, as políticas públicas, a rotatividade populacional, a abrangência de diferentes escalas, apresentam-se como campos possíveis para compreender tais dinâmicas.

O estudo do município de Açailândia confirma que, embora os projetos tenham sido impulsionados pelo governo militar e não estejam mais em vigor, as marcas destes estão presentes na sua organização socioespacial. Os grandes projetos foram motor de crescimento do município, entretanto, no aspecto das políticas públicas voltadas para o social, não houve abrangência.

Levando em consideração esse cenário, torna-se necessário retomar o olhar para além da economia e pensar na perspectiva do desenvolvimento visando a resolução de problemas estruturais e de desigualdades sociais, ou seja, na perspectiva da cidadania. De acordo com Santos (2014) e Gonçalves (2021), a cidadania se faz presente a partir do momento em que os sujeitos têm acesso pleno ao território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Cleide Pereira dos. Migração Norte/Nordeste para a Amazônia Oriental. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 75526-75545, 2020. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17846>. Acesso em: 15 out. 2024.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XX, n° 39, p. 77-100, 2012a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wjfBKHR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012b, Águas de Lindóia. *Anais eletrônicos* [...]. Campinas: Galoá, 2012. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2012/trabalhos/migracoes-internas-no-brasil-no-seculo-21-entre-o-local-e-o-global?lang=pt-br>. Acesso em: 31 out. 2024.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, João Marcos Pinto (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BARBOSA, Zulene Muniz; ALMEIDA, Desni Lopes. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. *Anais "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf. Acesso em: 31 set. 2024.

BECKER, Bertha K. *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K; STENNER, Claudio. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BELFORT, Gilson dos Santos. *A dinâmica socioespacial recente do município de Açailândia - MA*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1489>. Acesso em: 7 mai. 2024.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Textos para discussão*. Belo Horizonte: Cedeplar - UFMG, 2009. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

IBGE. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=destaques>. Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE. Amazônia Legal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE. Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIMA, Raylla Cristine Dias. O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Básccaran (CDVDH/CB) e o combate ao trabalho escravo na Amazônia Oriental. In: MOURA, Flávia de Almeida; CARNEIRO, Marcelo Sampaio (orgs.). *Trabalho Escravo, Políticas Públicas e Práticas Comunicativas no Maranhão Contemporâneo*. São Luís: EDUFMA, 2020, p. 93-118. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/trabalho-escravo-politicas-publicas-e-praticas-comunicativas-no-maranhao-contemporaneo/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

MANCINI, Roberto Martins; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho: contestação social e transformações recentes na produção siderúrgica na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*, v. 31, n. 83, p. 373-387, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5vsRPcZCWrgsxQdYmjTMpFm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mai. 2024.

MELO, Irisnete Santos de. Uma tragédia em três atos: As estratégias de ocupação e reterritorialização da Amazônia maranhense entre as décadas de 1960-1980. In: ANPUH - 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564411214_ARQUIVO_Umatragediaemtresatos.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. *217: Literatura, histórias, contos, crônicas e poesia de cordel para todas as idades e gostos*. Açailândia: Brasil Editora, 2013.

RODRIGUES, Sávio José Dias. *Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18793/1/2016_tese_sjdrodrigues.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SOUSA, Jailson de Macedo. *Enredos da Dinâmica Urbano-Regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16008>. Acesso em: 5 mai. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. *Textos e Debates*, v. 1, n. 7, p. 22-41, 2012. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1027>. Acesso em: 22 out. 2024.

Recebido para publicação em novembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.